

A LÓGICA DIALÉTICA

Dialética tem origem na palavra grega *dialetike*, que significa diálogo. Com Hegel (1770-1831), a dialética assume o sentido de lei do pensamento e do real que avança pela contradição entre a tese e a antítese, chegando à síntese. Sendo esta ultrapassada por novo movimento. Esse movimento contraditório não é causado mecanicamente por algo, mas por um processo dinâmico que promove a constante mudança na história.

O movimento da história, para Hegel, é intencional. É a realização de um projeto, de um “lançar-se para frente”. A história não é feita apenas de ocorrências, mas depende de um projeto que se localiza nas ideias. Portanto, a história é racional e inteligível. Como escreveu Hegel: O real é racional e o racional é real, e a história é a manifestação das ideias, do espírito absoluto.

Em linhas gerais da dialética hegeliana discute o conceito de **ser**, que para Hegel, é pleno, imerso em si mesmo e nada possui que o diferencie. Esse **ser** é indeterminado e vazio. Justamente por isso contém um nada, que nada o diferencia. O conceito de **ser** inclui o do **nada**. O **ser** e o **nada** só são um pelo outro. A verdade do **ser** não pode estar em ser nada; assim como a verdade do **nada** não pode estar em nada ser. A verdade do **ser** está, portanto, na *passagem, no devir*, que é responsável por todas as determinações e do qual toda a realidade será deduzida.

O idealismo hegeliano parte da afirmação que o **ser** e o **nada** são determinados pelo pensamento, pela reflexão. Toda a apreensão de diferença, de passagem, de **vir-a-ser**, dá-se pelo pensamento. Portanto, o processo dialético, em Hegel, é idealista; pois, é um caminhar das ideias.

A identidade do **ser** contém a diferença do ser, contém o **nada**. A dialética consiste nesta tensão permanente da contradição que impulsiona para a síntese dos opostos, para o **devir**. Só pode haver identidade se houver diversidade, pois podemos detectar o idêntico por contraste com o não-idêntico. Portanto, percebe-se a identidade como não-idêntico. Isto é, pela diversidade, que terá como conteúdo algo estranho, algo que nega. Com isto Hegel critica tanto o **princípio de identidade** da lógica formal dedutiva que afirma que **A = A**, quanto o **princípio de contradição** que diz que **A** não pode ser **~A** ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Por exemplo, Ninguém pode ser pai e filho ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Ou seja, alguém é pai enquanto gera e é filho enquanto é gerado. Neste caso alguém pode ser pai e filho sucessivamente e ao mesmo tempo, mas sob aspectos diferentes.

Dessa forma, Hegel critica os princípios fundamentais da metafísica aristotélica, incluindo a noção de substância. As coisas são em si mesmas contraditórias e não faz mais sentido falar em substância, uma vez que as coisas não são mais absolutamente idênticas em suas consistências. Sem contradição não há movimento e sem ela, como pode uma coisa ser e num momento seguinte ser outra coisa? As coisas só são em oposição às outras. Pois, a possibilidade de não ser reside no próprio ser. A razão apreende a negação, a contradição; apreende que as coisas nem são absolutamente, nem não-são absolutamente.

1. OS TRÊS MOMENTOS DA DIALÉTICA

Para Hegel, a dialética não é só afirmação e negação, também é consenso (síntese). Com a síntese recomeça um novo processo triádico. Assim, **Tese, antítese e síntese**, constituem os três momentos da dialética. O ser afirmado, no primeiro momento, só é quando negado, quando em seu próprio seio brota a negação. O processo de ultrapassagem pela síntese dos momentos anteriores é também um momento de conservação da identidade e da diversidade no terceiro elemento, que sintetiza os anteriores. A síntese da tese e da antítese se renova como tese num processo de avanço e de conservação.

O método dialético não é apenas um modo de conhecer a realidade, visto que a própria realidade muda dialeticamente. A história também é dialética. Pois, a cada momento é conservada e ultrapassada, só podendo ser apreendido como momento. Isto é, esse momento terá que ser localizado em um movimento total e amplo da História para que seu significado pleno se torne compreensível. Para Hegel, as ocorrências não são mais que realizações progressivas da **Ideia**. Cada realização concreta é a realização pelo projeto que nela vem embutida, pela **Ideia** que a engendrou.

As coisas não são, estão sendo. Quer dizer, não há uma permanência essencial ou substancial; a natureza humana, por exemplo, não é permanente nem universal.

O grande impasse provocado por Hegel na própria noção de dialeticidade foi ter postulado o fim da história com o aparecimento dos estados liberais classistas, comumente chamado, burguês. Afirmou que a Ideia de liberdade tendo se realizado nas instituições burguesas não caberia mais dizer que estas instituições eram relativas.

2. MATERIALISMO HISTÓRICO

Marx e Engels inverteram o sentido hegeliano de dialética colocando-a com os “pés no chão”, fazendo-a “descer do céu para a terra” para aplicá-la ao estudo dos fenômenos históricos e sociais, fundamentalmente aos fatores econômicos. Para Marx e Engels não é o **espírito** ou a **ideia** que determina o **real**, mas é **real** que determina as **ideias**. Marxistas ulteriores, como Lenin, Mao Tse-Tung, Gramsci, entre outros, trabalharam rigorosamente esse materialismo dialético da História.

As sociedades evoluem pelo desenvolvimento de forças produtivas. Ou seja, evoluem pelas técnicas e pelas condições materiais de produção. Cada estágio dessas forças corresponde a um regime social da produção, e uma determinada força de trabalho e o papel desempenhado por cada classe social. As relações das classes sociais, Marx denominou de relações de produção, seja no regime feudal ou no capitalismo do século XIX. No primeiro tivemos o senhor e o servo e, no segundo, burguês e o proletário.

Conhecer algo objetivamente é questão prática e não apenas teórica; à filosofia não cabe somente o conhecimento teórico, cabe a tarefa de iluminar a ação que muda o mundo. O objeto é apreendido pelos sentidos não por um simples ajustamento mecânico entre sujeito e objeto; nessa relação os objetos recebem a marca da força humana, do trabalho humano. Os objetos são uma objetivação do homem, que dependem tanto do homem quanto da natureza do objeto. A relação se determina conforme a peculiaridade do objeto e do sujeito.

Relativamente aos objetos que a indústria produz, o homem se encontra **alienado**, preso a eles. Suas forças essenciais objetivadas são esses objetos sensíveis, estranhos e ao mesmo tempo úteis. Assim, a história universal é a história da produção pelo trabalho humano, quer dizer, a natureza é usada pelo homem que nela deposita sua marca, transformando-a.

A cada forma (técnica) que o homem transforma a natureza corresponde a um novo modo de produção. No modo de produção capitalista a mercadoria produzida não é simplesmente usada ou consumida. Uma parte de seu valor é reservada para troca com conseqüente aumento da riqueza e o acúmulo do capital. A mercadoria é o resultado de um trabalho, mas não de um trabalho social, já que ela não representa um produto criado apenas para a satisfação do trabalhador. Toda a mercadoria se integra numa rede mais ampla da divisão social do trabalho. Assim, é necessário que alguém extraia o recurso natural, alguém que o transforme na indústria, alguém que a venda, etc. O valor de cada

uma dessas etapas é medido pelo tempo de trabalho nela despendido e ao modo como foi produzida, as condições técnicas (ferramentas, máquinas, etc. necessárias).

O operário não vende seu trabalho diretamente ao capitalista, mas cede determinado tempo de sua força de trabalho. O trabalho é assim uma mercadoria vendida e seu valor depende da quantidade de trabalho necessário para “produzir” determinada mercadoria. Esse valor também está relacionado ao modo como o trabalho provê sustento e de como o trabalhador é treinado. Todo trabalho que excede o suprimento dessas necessidades terá um sobre-trabalho, a qual Marx denominou de **mais-valia**; este valor não aparece no salário do operário e serve de base para a produção capitalista. Por exemplo, os trabalhadores vendem 8 (oito) horas de trabalho diários. Porém, somente recebem, **em média**, 1 (uma) hora na forma de salário. As 7 (sete) horas são o sobre-trabalho. Para verificar tal afirmativa, basta fazer a relação do lucro líquido e folha de pagamento de uma empresa. Portanto, a **relação dialética** na produção capitalista se dá entre trabalho assalariado e capital acumulado.

Os diferentes modos de produção que a história conheceu - escravagista, feudalista, mercantilista e capitalista - resultam de uma desigualdade, de uma disparidade entre trabalho e propriedade do trabalho. A vida humana é sustentada em bases materiais. Inegavelmente são categorias materiais e econômicas as responsáveis pela produção e reprodução da vida humana. Também a sociedade e a natureza mantêm uma relação dialética entre si. Pois, as relações sociais dependem do modo como a natureza é transformada pelo trabalho humano, a qual fornece meios para o homem produzir e reproduzir a vida.

O ser social é histórico. Muda com a história ao mesmo tempo em que modifica a história. As condições em que os homens fazem a sua história são imediatas, estão aí, não foram escolhidas. Porém, a ação singular altera o todo que, ao mudar, muda com ele o indivíduo. A mudança se dá pela contradição, pela negatividade, pela luta dos contrários. Cada momento histórico contém em si mesmo a contradição devido ao antagonismo entre as classes sociais, que provoca necessariamente a superação de determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, a contradição entre aqueles que trabalham e produzem o produto e aqueles que detêm os meios de produção e se apossam do produto produzido, é que move a história.

3. LEIS DA DIALÉTICA

As leis naturais conhecidas pela física não se enquadram nas leis dialéticas. Pode-se afirmar que haja uma dialeticidade na história da ciência, na história da física, no sentido de que uma teoria supera a outra em termos de explicação da natureza.

Quanto à dialética da história, segundo os marxistas, ela (história) evolui dialeticamente como resultado das **contradições** entre as relações de produção e as forças de produções.

Há ainda um terceiro nível da dialética representado pela relação entre sujeito e objeto, o nível do conhecimento.

As leis da dialética podem ser esquematizadas da seguinte forma:

- a) **Lei da unidade e luta dos contrários:** Sem contradição não há movimento. A contradição se dá numa totalidade, na qual os elementos contrários tentam realizar a superação, a ultrapassagem de um pelo outro. As classes antagônicas - classes operária e burguesa - no modo de produção capitalista têm dentro de si elementos contraditórios que conduzirão à mudança, à ultrapassagem deste modo de produção.
- b) **Lei da mudança quantitativa e qualitativa:** A mudança de qualidade de um modo de produção para outro ocorre quando o grau se agudiza e as contradições se acumulam quantitativamente. Quando os de cima não podem mais e os de baixo não querem mais, ocorre a mudança.
- c) **Lei da negação e ultrapassagem:** O movimento dialético transforma os objetos em seu contrário pela negação, o qual faz parte da própria constituição do objeto. Ele não é uma essência, uma substância apreensível em si. A lógica do movimento depende do ser encerrar nele mesmo a sua negatividade, conduzindo à síntese que ultrapassa o estágio anterior e ao mesmo tempo conserva alguns de seus elementos e renova outros.

4. O MÉTODO DIALÉTICO E O MÉTODO CIENTÍFICO

Para Marx, o método científico é aquele que desce do abstrato para o concreto, sendo a síntese de múltiplas determinações. De posse do concreto, retorna-se ao abstrato que agora será visto como totalidade de determinações e de relações e causas.

Os fatos concretos de uma população são: As classes sociais, a maneira como produz seu sustento, a divisão do trabalho, o salário e o lucro.

Marx não propõe método único para as várias ciências. Se o objeto de estudo difere, difere também o método, bem como a relação entre a prática e a teoria. Porém, há uma ciência que engloba tanto as ciências da natureza como as ciências humanas, que é a ciência da história. A inserção de todos os acontecimentos - naturais e humanos - na história é o ponto chave para o entendimento das relações entre método dialético e o método científico. Pois, ser social pressupõe o ser material. Ou seja, o homem para viver em sociedade necessita dos meios materiais que garantem sua sobrevivência. Portanto, não basta conhecer o ser social, deve-se fazer incidir sobre o social as leis e categorias da natureza, que são as categorias da produção da vida.

A base científica, para Marx, são os **fatos**; ou seja, a realidade dos fatos revelada pela prática social. Um conhecimento objetivo de fatos terá que levar em conta os fatos realizados na própria práxis. Os fatos não devem ser considerados, pelo observador, isoladamente e como prontos e acabados. Pois, eles têm uma gênese real e contraditória. Decorre disto uma diferença entre as abordagens das ciências naturais e ciências humanas.

A determinação histórica no método das ciências naturais provém de que cada sociedade em cada época coloca problemas para ser resolvidos, que dependem de seus conhecimentos e interesses. Assim, o objetivo da pesquisa é direcionado, sendo escolhido em conformidade com os interesses e projetos técnicos e produtivos. Evidentemente os interesses sociais não penetram diretamente no método adotado pelo físico ou pelo químico. Mas, a questão da objetividade e da confiabilidade da ciência natural está tão ligada aos aspectos sociais e materiais que dificilmente poder-se-ia isolar seu caráter empírico e objetivo daqueles mesmos propósitos como se procedeu no neopositivismo.

Nas sociedades de classes existe uma que detém os meios de produção, que é a dominante. Então essa classe tomará os fatos, em última análise, como fetiches, como dados acabados e prontos para serem catalogados e arquivados. Em nome de interesses de uma classe se fará, por exemplo, uma sociologia ou uma economia ou uma psicologia que vê os fenômenos travestidos em essência. Isto é, eles são o que são inelutavelmente. As categorias de totalidade e de contradição desaparecem. Também, a essência verdadeira e a contradição social da diferença e da luta, desaparecem.

Para Marx, o estatuto epistemológico da ciência, ou seja, a sua cientificidade, repousa na categoria da totalidade e na categoria da contradição. Ele afirmou que a

cientificidade é também uma questão de ir à realidade dos fatos. Porém, o critério empírico não resulta do conhecimento direto e imediato dos objetos. O conhecimento vem sempre mediado pelo sujeito que conhece os objetos, que é condicionado pela situação social e pelos meios técnicos e científicos de que dispõe.

Marx supôs que o método dialético é o único método científico correto. Pois, é o único método que caminha com a realidade que é por sua vez, também dialética. A própria dialética seria a ciência que daria a chave da concepção da história como luta de classes. Conceber que na história há leis objetivas não é propor que a história é determinada e plenamente cognoscível. Mas, sim inferir que as relações sociais e os modelos de produção são superados historicamente.

5. A IDEOLOGIA

A mudança social provém da contradição existente entre a estrutura social e as forças produtivas. Marx pensa a sociedade como uma estrutura total e dinâmica, formada por uma **infraestrutura** e uma **superestrutura**. A Infraestrutura é a base material e econômica e a superestrutura é formada pela ideologia, que formata a organização ética, jurídica, política de uma sociedade.

É sobre a base concreta da infraestrutura ergue-se a superestrutura que determina a consciência social. Pois, para Marx, o modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e intelectual. Para ele, não é a consciência do homem que determina o seu ser; mas, é o ser social que determina a sua consciência. Como exemplo, pode-se citar a ideologia liberal do século XVIII, como sendo o reflexo dos interesses da burguesia no regime capitalista nascente.

Marx apontou que há uma ideologia de classe e que as formas ideológicas da consciência são determinadas pelo modo de produção. Assim, no século XVIII a ideologia era a burguesa, visto que a classe economicamente dominante era a burguesia.

A consciência social determinada ideologicamente não acabaria por perturbar a objetividade e cientificidade representada pela visão dialética da história? A resposta é “não”. Pois, como apontou Inês Lacerda Araújo, a ideologia não é conhecimento e em tudo se difere da ciência.

A consciência é ideologicamente determinada, porém um físico ou um químico não fará uma ciência a partir de sua classe social, uma ciência burguesa ou proletária, por exemplo. Porém, nas ciências humanas, o cientista social estará afetado pela orientação

e pelos objetivos da ciência social classista. E, os resultados da ciência, ao serem aproveitados e impulsionados pela tecnologia são usados nos interesses da ideologia da classe dominante. Assim, pode-se apontar que a relativa independência das ciências naturais se deve a dois fatores:

- a) Deixá-las livre é muito mais proveitoso do que interferir no andamento das pesquisas. Pois, com liberdade, o gênio do cientista se desenvolve mais e melhor.
- b) Não há conflito, nem disputa quanto à necessidade técnica de dominar a natureza física e biológica, excetuando-se certas considerações éticas, políticas, religiosas ou ecológicas.

Porém, não se pode esquecer que na Idade Média e nos regimes autoritários tentaram impedir o avanço das ciências. Mesmo nos regimes ditos democráticos, as ciências naturais são direcionadas, não em função das ciências, mas em função dos interesses econômicos e lucros.

Nas ciências sociais as teorias são produzidas por um grupo dominante e tenderão a apontar a ordem existente como a ordem universal e necessária. Já, a dialética aponta que a ação e o pensamento poderão se reconciliar e as ciências humanas terão um papel decisivo no despertar das consciências para as realidades classistas. Portanto, a ciência social deverá sempre se atentar para o pensamento ideológico para avaliá-lo e criticá-lo.

Toledo (PR), 2001

Prof. Antonio Carlos

Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução a Filosofia da Ciência**. Curitiba, PR: Editora UFPr, 1993.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo Lógica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991.

MARITAIN, J. **Elementos de Filosofia 2**. Trad. Ilza das Neves. 12^a ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.